

Considerações Funcionais acerca das Cidades Egípcias do Reino Novo (XVIII^a - XX^a Dinastias)

Ciro Flamarion Cardoso

Abstract:

This text shows that, in the Egyptian cities of the New Kingdom (18th-20th dynasties), urban and rural aspects were both present. The urban functions of that time are studied according to three very different cities: Mi-ur (Gurob), which had a royal harim as its center and raison-d'être; Akhetaten, a pharaonic capital; and Western Thebes, a funerary town.

Introdução

Algumas décadas atrás, John A. Wilson pôde publicar um artigo cuja influência foi considerável, em que qualificava o Egito faraônico de “civilização sem cidades”.¹ Desde então — e sobretudo a partir da década de 1970 —, enormes progressos foram feitos na história urbana egípcia, tanto no tocante à publicação de fontes primárias (arqueológicas e escritas) quanto à elaboração de estudos. Hoje podemos responder até a questões tão precisas como, por exemplo, os meios usados pela população das cidades faraônicas para livrar-se do lixo.² O Reino Novo (XVIII^a à XX^a dinastias, 1550-1070 a.C.) é, de longe, o período mais bem documentado e estudado no concernente a esta área das pesquisas egiptológicas.

As impropriamente chamadas “cidades operárias” — povoados onde viviam os artesãos que construíam e decoravam as tumbas reais — têm sido muito pesquisadas por diversos especialistas (entre eles J. Cerný e J. Janssen). Por tal razão, preferimos basear-nos na análise de três outras aglomerações urbanas, bem diferentes entre si: Gurob, uma pequena cidade centrada no harém local, situada à entrada do Fayum; Akhetaten, no Médio Egito, uma cidade grande e complexa para os padrões egípcios e efêmera capital do faraó Akhenaten; e, no oeste de Tebas (Alto Egito), a cidade administrativa e voltada para os cultos funerários cujo centro era, sob a XX^a dinastia, o templo de Medinet-Habu.

Com fundamento nos casos escolhidos, pretendemos demonstrar algumas proposições básicas.

1. A vida urbana, como tudo mais no Egito do Reino Novo, estava estruturada à volta de três elementos organizadores: os dois mais importantes eram o palácio real e os templos, intimamente ligados entre si, constituindo-se em instituições que cobriam a totalidade do país; mas também devem ser considerados os chefes individuais de explorações económicas em grande escala — arrendatários de terras públicas (terras diretamente estatais e terras dos templos), proprietários “de função”, proprietários privados — posto que os três elementos originavam circuitos económicos e sociais baseados na concentração/redistribuição de bens e serviços, e serviam de centros em torno dos quais se polarizavam a vida da população urbana e suas atividades. Aqueles que chefiavam em caráter mais ou menos individual grandes unidades de exploração económica estavam vinculados ao Estado por obrigações e pela supervisão a que eram submetidos.

2. Numa economia baixamente mercantilizada como era a egípcia da época — mesmo sendo verdade que a mercantilização avançou no Reino Novo³ —, forçosamente o “rural” estava intimamente ligado ao “urbano”, presente neste o tempo todo, pois o funcionamento económico-social das cidades dependia de fornecimentos constantes e unilaterais de alimentos e insumos diversos pelo campo e por outras atividades que hoje chamaríamos de primárias (a pesca, por exemplo).

Talvez o testemunho mais impressionante, embora provavelmente não generalizável, seja o quanto os aspectos rurais estão presentes em si mesmos no interior do urbano, na descrição da capital raméssida de Per-Ramsés (situada no Delta) feita, no final do século XIII a.C., por um escriba encantado não apenas com a riqueza das provisões que a cidade recebia dos campos à sua volta e dos barcos que a demandavam, mas também com os peixes e aves de seus próprios tanques e canais, seus bosques de tamarceiras, suas plantações de melões — elementos estes que estavam dentro do espaço urbano.⁴

3. Em função dos pontos anteriores é que se pode entender o sentido das atividades económicas e não-económicas especificamente urbanas (artesanato, comércio, administração, religião oficial), bem como a disposição do próprio espaço urbano nos casos em que é possível conhecê-la.

Gurob

Gurob, em egípcio Mi-ur, situava-se na entrada do Fayum, próximo ao limite do deserto. No Reino Novo, sediava um harém real, usado quando o faraó visitava a região para praticar os esportes da

pesca e da caça às aves selvagens. W.M. Flinders Petrie, o primeiro a escavar no local, afirmou que a cidade teria existido do reinado de Djehutimés (Thotmés) III até o de Merneptah, ou seja, aproximadamente entre meados do século XV e fins do século XIII a.C., prolongando-se alguma ocupação até Ramsés III. Hoje sabemos que ainda era habitada sob Ramsés V, em meados do século XII a.C.. O mesmo arqueólogo, baseando-se em especial em restos de cerâmica micênica e de Chipre que achou nas ruínas, acreditava que a população de Gurob fosse em grande parte estrangeira, hipótese hoje descartada: os vasos devem ser provenientes de importações, como em outras partes do Egito do Reino Novo.⁵

O plano da cidade era irregular, embora suas diversas partes componentes estivessem contidas no interior de uma muralha quadrangular. Dentro desta se destacavam três recintos menores: o do núcleo urbano mais antigo, ao norte; o do templo de pedra construído sob Djehutimés III — em cujo domínio cercado ficava o harém —; e o do núcleo urbano mais recente, ao sul. Sob Ramsés II (1290-1224 a.C.), o templo foi derrubado e as casas da cidade em expansão avançaram sobre o espaço que antes ocupava. Embora seguramente um e talvez dois novos templos tenham sido então construídos, ignoramos sua localização. É difícil conhecer bem a disposição do espaço urbano, já que o plano reproduzido por Petrie ao publicar suas escavações não é detalhado.

Se bem que o harém pareça ter constituído a razão da existência de uma cidade nesse lugar, gerando a necessidade de uma concentração de funcionários graduados, escribas, artesãos e serviçais com suas famílias, é possível que a maior parte da população (cujo montante não pôde ser calculado) estivesse voltada para a produção de alimentos, trabalhando os campos cultivados (situados a leste da cidade) e pescando. O harém possuía rebanhos e campos de cultivo nas imediações; outras terras da região eram do cais local do faraó, de diversos templos (um da própria cidade e outros templos de diferentes partes do Egito) e, em caráter individual, de funcionários. Sabemo-lo pelo papiro Wilbour, da XXª dinastia⁶. A arqueologia revelou certa quantidade de implementos agrícolas e de restos de animais (carneiros, cabras, bovinos, além de gatos e cães). A pesca era importante no Fayum, e está bem comprovada arqueologicamente a fabricação de redes em Gurob, as quais serviam para pescar e para capturar aves selvagens. Tais atividades, além das provas arqueológicas, se refletem em diversos fragmentos de papiro de época raméssida, publicados por Griffith e por Gardiner: distribuição de peixes às mulheres do harém e a outras pessoas, eventualmente também de pão e cerveja; peixes recebidos como imposto e remuneração, em azeite, dos que os pescavam e secavam;

referência à marcação do gado pertencente ao harém; documentos acerca da medição dos campos e do imposto sobre os cereais.⁷

As mulheres do harém talvez fiassem e tecessem. Certamente supervisionavam o trabalho têxtil de escravas asiáticas, depois de treiná-las nas tarefas que tal atividade implicava. Seja como for, há comprovação abundante da importância da produção de tecidos e roupas. Petrie achou bolas de restos de fios em várias casas (o que sugere um artesanato doméstico paralelamente a uma ou mais oficinas maiores ligadas ao harém), partes duras dos teares, fragmentos de tecidos, agulhas de costura — além das que serviam para fabricar redes de pesca. Diversos fragmentos de papiro se referem a tecidos e roupas armazenados no harém e entregues como tributo ou como presente ao rei e a outras pessoas da corte.⁸

A fonte escrita mais interessante a respeito é, porém, uma carta enviada provavelmente ao faraó Seti II (em seu segundo ano de reinado, por volta de 1213 a.C.) por uma dama do harém encarregada do treinamento de trabalhadores — ao que parece escravas asiáticas — para a produção têxtil:⁹

“... que eu fiz, sendo eles exatamente como os que foram feito para Re. Farei com que eu seja louvada devido a eles, não deixarei que achem erro em mim. É excelente que meu Senhor tenha feito com que gente seja trazida a mim para seu ensino e sua instrução sobre como realizar este grande trabalho. É ótimo que meu Senhor tenha achado alguém que ele possa levar a o fazer como não foi feito para Re. Pois as pessoas que aqui estão são como crianças, (mesmo) as pessoas que são como aquelas que meu Senhor fez com que fossem apanhadas (?), (tanto) as que são capazes de fazer (o trabalho) quanto as que são capazes de aprender comigo (?), sendo estrangeiras como as que costumavam ser-nos trazidas no tempo de Usimare-Setepenre, o grande deus, teu bom pai, e nos diziam: ‘Nós éramos um (mero) número (?) nas casas dos funcionários’, e se instruíam, e se tornavam capazes de fazer tudo o que lhes fosse dito. Esta é uma carta para informação do faraó. Ano 2, terceiro mês da inundação, dia 20.”

A arqueologia comprova igualmente a existência de outros setores artesanais menos importantes em Gurob: carpintaria (foram descobertas ferramentas de metal próprias para tal atividade), manufatura de vidro, cerâmica e faiança, algum trabalho de metal (achou-se um crisol com resíduos de cobre), trabalho do alabastro e da pedra calcária. Um fragmento de papiro mencionando a distribuição de tijolos a várias pessoas parece

indicar que eram fabricados em Gurob, mesmo se os moldes correspondentes não foram achados.¹⁰

Os já mencionados vasos de Micenas e Chipre, bem como algumas matérias-primas, deviam chegar a Gurob de fora, seja por distribuições feitas pelo Estado, seja por comércio, mas a verdade é que carecemos de informações a respeito.

Akhetaten (Tell El-Amarna)

No sexto ano de seu reinado (por volta de 1347 a.C.) o faraó e reformador religioso Akhenaten, da XVIIIª dinastia, decidiu fundar uma nova capital consagrada a seu deus — Akhetaten, ou “O horizonte do disco solar” —, no local hoje chamado de Tell El-Amarna, no Médio Egito.

Embora situada junto à margem leste do Nilo, numa planície grossiramente retangular enquadrada por colinas rochosas, trata-se de uma região desértica, o que complicava a questão do abastecimento de água: por isto, a cidade se estende de nordeste a sudoeste por uns sete quilômetros, ao longo e na proximidade imediata do rio. Construída numa área não cultivável e vasta, Akhetaten não tinha o problema das outras cidades egípcias do Vale, nas quais o espaço urbano competia com as atividades rurais pelo rico solo aluvial — o que levava a uma concentração vertical (casas com mais de um andar, celeiros no teto) e a que as residências se amontoassem umas sobre as outras. Em Tell El-Amarna, pelo contrário, a cidade pôde espalhar-se livremente, em especial as residências dos ricos com seus jardins e silos.

Como era de regra nas cidades egípcias, as ruas não eram pavimentadas; inexistia uma rede de esgoto. O lixo era amontoado no deserto, a leste da cidade, ou em terrenos baldios, às vezes queimado. Também se usou, para depositá-lo, um conjunto de buracos abertos para obter areia para as construções.¹¹

Na margem oposta do Nilo ficavam as explorações agrícolas de onde vinham principalmente as provisões que abasteciam a cidade. Maciças doações de terras foram feitas ali aos templos solares de Akhetaten, os quais, provavelmente, como era usual no Reino Novo, arrendavam a particulares boa parte de seus domínios rurais.

Abandonada depois de pouco tempo de uso, Akhetaten, também pelo fato de ter sido fundada em terra desértica, é uma mina de informações sobre a urbanística egípcia. Foi escavada em diversas ocasiões e recentemente voltou a atrair uma nova expedição egiptológica.¹² Embora o

sítio tenha sofrido muitas depredações — antigas e modernas -, a sua estrutura urbana aparece com grande clareza.

Certas concepções tradicionais acerca da cidade vêm sendo abandonadas com o avanço das pesquisas. Assim, por exemplo, a idéia de se tratar de uma aglomeração totalmente planejada e regular.¹³ Pelo contrário, se alguma planificação se nota na sua parte central — religiosa, real, administrativa e militar (além de conter uma importante manufatura estatal de vidro) —, chamada hoje de “cidade central” e pelos egípcios de “a ilha”, o mesmo não se pode dizer dos principais bairros residenciais, batizados pelos modernos de “subúrbio do norte” e “subúrbio do sul”. Havia um bloco claramente planejado de casas contíguas para pessoas pobres no centro (chamado de “aldeia central”) e outro — longe do resto da cidade em direção leste —, também planejado, onde viviam cercados de muralhas e muito vigiados os artesãos e artistas que construíam e decoravam as tumbas reais, neste caso situadas no Oriente e não no Ocidente como em Tebas.¹⁴

Outra concepção que foi preciso abandonar refere-se à “segregação social” que estaria presente na estrutura espacial da cidade: com exceção do povoado dos construtores de tumbas, realmente segregado, de fato as mansões dos exaltados personagens da corte e dos templos mesclavam-se com — ou talvez, mais exatamente, eram cercados por — casas de pessoas humildes que proviam mão-de-obra, bens e serviços.

Isto foi estudado em detalhe por Barry J. Kemp no concernente aos bairros residenciais — o “subúrbio do norte” e o “subúrbio do sul”. Ele mostrou que tais bairros na verdade podem ser divididos em complexos formados cada um por uma mansão e pelas pequenas casas que a cercavam por nela acharem remuneração para trabalhos diversos. Tais mansões — de tamanho bastante variável — possuíam grandes celeiros para armazenagem de cereais, muito maiores do que os achados em Tebas Ocidental. Assim, eram claramente centros de concentração/redistribuição de excedentes agrícolas do mesmo tipo — mas em escala menor — dos constituídos pelo palácio real e pelos templos. Os grandes funcionários e sacerdotes que viviam nas mansões entravam sem dúvida, por sua vez, nos sistemas de rações estatais; mas dispunham também de domínios rurais próprios (privados ou de função), além de com certeza arrendarem terras dos templos. Nestas condições, cada uma das mansões era como o centro de uma espécie de “aldeia”, formando o conjunto uma unidade quase autônoma, mesmo estando situada dentro do espaço urbano. Estes complexos concentravam também atividades artesanais, paralelamente às grandes oficinas dos templos e palácios; a arqueologia o demonstra, além de

sugerir a existência de algum artesanato independente. Kemp crê outrossim que os magnatas que estavam à frente dos complexos negociavam excedentes agrícolas para obter lucros, vendendo-os à população urbana. No entanto, é difícil segui-lo neste particular, já que, dada a estruturação econômico-social do Egito antigo, tal população era composta ou por pessoas que tinham acesso (através de propriedade, usufruto ou arrendamento) à terra, ou por aqueles que viviam da distribuição de rações.¹⁵

A interpenetração do rural e do urbano em Akhetaten é vividamente retratada na iconografia amarniana. Um bom exemplo é a representação, na tumba do chefe de polícia Mahu, de uma procissão de camponeses e camponesas que, diariamente, traziam aos policiais suas provisões perecíveis (verduras, peixes, leite, etc.).¹⁶

Os arquivos diplomáticos escritos em cuneiforme e descobertos em Tell El-Amarna permitem, entre outras coisas, vislumbrar alguns aspectos do comércio que unia a cidade com o Mediterrâneo e a Ásia Ocidental. Condutores de caravanas e mercadores podiam ser usados para missões diplomáticas pelos reis asiáticos.¹⁷

Como sempre ocorria no Egito do Reino Novo, os comerciantes — com frequência estrangeiros residentes — trabalhavam em geral para os templos, sob estreita supervisão. O Egito não conhecia um grande comércio privado como o que terminou se desenvolvendo na Mesopotâmia.¹⁸

Oeste de Tebas

Sob a XXª dinastia, o oeste de Tebas formava uma unidade administrativa separada, com seu próprio “príncipe” (ou se se preferir, seu prefeito), distinto do da Tebas dos vivos (a oriental), cercado de uma equipe de funcionários e policiais.

Anteriormente, sob a XVIIIª dinastia, dois pólos de atração organizavam a região: o palácio de Amenhotep III em Malkata, um extenso complexo residencial e administrativo, e o templo funerário do mesmo faraó, atrás do qual se formou uma extensa aglomeração não planejada. Com o abandono do conjunto de edifícios de Malkata, os reis passaram a construir pequenos palácios residenciais e administrativos em anexo a seus templos funerários. No total, a população de Tebas Ocidental diminuiu. No período que nos interessa, o seu núcleo mais considerável organizava-se no interior e à volta do último dos templos funerários importantes, o de Ramsés III em Medinet Habu. O próprio templo continha, além da parte reservada ao culto, depósitos, celeiros, escritórios, um pequeno palácio

para uso do rei quando visitava Tebas, tudo cercado por uma muralha, ao longo da qual se apertavam casas. Outra muralha maior cercava o conjunto da cidade, não planificado. Sabemos que havia também um longo muro que se estendia do templo de Seti I em Kurnah ao de Medinet Habu.

Para o fim da XXª dinastia — possivelmente o 12º ano de Ramsés XI (por volta de 1088 a.C.) — o Papiro British Museum nº 10068 (verso) nos dá uma lista de cento e oitenta e duas edificações — três templos e cento e setenta e nove casas — do oeste de Tebas, com indicação dos respectivos chefes de famílias (ou, no caso dos templos, chefes dos grupos que neles habitavam) e, em quase todos os casos (179 dos 182), das atividades desempenhadas por tais chefes.¹⁹ Tratava-se, evidentemente, de um ambiente urbano muito especial, surgido para garantir continuidade ao culto funerário dos reis e de altos funcionários da corte. Assim, predominavam as ocupações ligadas a esse culto — sacerdotes e queimadores de incenso -, mas seguidas de muito perto pelas atividades “primárias” (agrícolas e pecuárias, pesca, apicultura, corte de madeira).

Eis aqui o quadro geral dos tipos de atividades dos chefes de famílias de Tebas Ocidental no século XI a.C.:²⁰

| | |
|--|----------------|
| Pessoal ligado ao culto..... | 52 (29%) |
| Agricultura, pecuária, pesca e atividades similares..... | 47 (26,3%) |
| Burocracia, militares..... | 34 (19%) |
| Artesanato e atividade similares..... | 28 (15,6%) |
| Serviçais..... | 17 (9,5%) |
| Médico..... | 1 (0,6%) |
| Total de pessoas mencionadas com suas ocupações:..... | 179 (100%) |

Comprova-se, de novo, o fato da íntima ligação rural-urbana no antigo Egito, mesmo numa aglomeração tão especializada e peculiar como a do oeste de Tebas, e mesmo se aceitarmos a observação de Peet acerca de ser muito artificial a composição da sua população, que provavelmente dependia para muitas necessidades da mais atíva parte leste da cidade.²¹

Acha Kemp, ao comparar os dados do Papiro British Museum nº 10068 com os do Papiro Wilbour, que cerca de 70% dos chefes de famílias mencionados no primeiro documento têm características similares às de pessoas que, no segundo, aparecem como ocupantes de pequenas par-

celas de terra nos domínios dos templos. Ele crê, portanto, que o mesmo se aplicaria ao oeste de Tebas.²²

A maioria dos habitantes de Tebas Ocidental recebia rações de cereais do Estado e/ou dos templos. O Papiro British Museum nº 10054 (verso) nos dá exatamente uma lista relativa à distribuição, pelo “príncipe” ou prefeito, de grãos a algumas das casas da cidade — especialmente a mulheres — para ser transformados em pães que, devolvidos ao governo, seriam distribuídos a alguns funcionários, policiais e trabalhadores da necrópole (note-se que o povoado onde viviam estes últimos, Deir El-Medina, não está incluído na listagem do documento antes considerado).²³

Conclusão

Os casos examinados comprovam as hipóteses avançadas na Introdução acerca do caráter da urbanística egípcia do Reino Novo, como também acontece com as outras cidades da época sobre as quais temos informações.

O avanço dos estudos neste setor da Egiptologia talvez conduza a tipologias de cidades do Reino Novo mais inclusivas quanto aos critérios adotados do que a que foi proposta por Kemp, o qual considera só dois casos: 1) as cidades que se organizaram em torno de templos novos fundados em regiões anteriormente não urbanas, e nas quais o santuário permanecia como a principal ou única razão da existência da aglomeração; 2) as cidades em que os templos fossem somente uma das bases da vida econômico-social.²⁴

Apesar da imensa importância dos templos na época, em especial, mesmo do ponto de vista da gestão agrária em terras próprias e estatais, a partir da XIX^a dinastia,²⁵ parece-nos que uma dicotomia como esta exagera em demasia a gravitação dos santuários na organização urbana. Seria preciso, pelo menos, introduzir igualmente os elementos ligados diretamente ao Palácio real — visto como organização complexa cobrindo, como era também o caso dos templos, todo o Egito²⁶ — para chegar a tipologias mais interessantes. Obviamente, não podemos tentá-lo aqui à base de três casos apenas.

Notas

¹ WILSON, John A., Civilization without cities. In C. Kraeling e R. McC. Adams (eds.), *City invincible*, Chicago: University of Chicago Press, 1960, pp 124-164.

² DIXON, D. M., The disposal of certain personal household and town waste in ancient Egypt, In P. Ucko, R. Tringham e G. W. Dimbleby (eds.), *Man, settlement and urbanism*. Londres: Duckworth, 1972, pp 647- 650.

³ Nossa visão acerca da economia egípcia e suas transformações no Reino Novo foi exposta em: CARDOSO, Ciro F. S., A corvéia no contexto econômico-social do Egito faraônico. *História em Cadernos* (Rio de Janeiro, Mestrado de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro), II, nº 1, 1984, pp 19-25; e em *Sociedades do antigo Oriente Próximo*. São Paulo: Ática, 1988 (2ª ed.), pp 54-74.

⁴ Papiro Anastasi III, I, 11 a 3, 9; GARDINER, Alan H., *Late Egyptian miscellanies*. Bruxelas: Fondation Egyptologique Reine Elisabeth, 1937, pp 20-23; tradução em : CAMINOS, Ricardo A. *Late-Egyptian miscellanies*. Londres: Oxford University Press, 1954, pp 73-75. Acerca da cidade de Per-Ramsés, consultar: BIETAK, Manfred. *Avaris and Piramesse*. Oxford: Oxford University Press, 1979; PUSCH, Edgar B. Recent work at Northern Pirmesse. Results of excavations by the Pelizaeus-Museum, Hildesheim, at Qantir. In BLEIBERG, E. e FREED, R., eds. *Fragments of a shattered visage*. Memphis (Ten.): Memphis State University, 1991, pp. 199-220.

⁵ PETRIE, W. F. Flinders, *Ten Years digging in Egypt*. Chicago: Ares, 1976 (1º ed. : 1891), pp 128-137; PETRIE, W. M. Flinders. *Illahun, Kahun and Gurob*. Warminster/Encino: Aris & Phillips/Joel L. Malter, 1974 (1º ed.: 1891) pp 15-21 Lâminas XVIII-XXV. Ver ainda: GARDINER, Alan. The harem at Miwer. *Journal of Near Eastern Studies*. XII, 1953, pp 145-149; e principalmente: THOMAS, Angela P. *Gurob: a New kingdom town*. 2 vols., Warminster: Aris & Phillips, 1981.

⁶ Cf. o estudo de MENU, Bernadette. *Le régime juridique des terres et du personnel attaché à la terre dans le papyrus Wilbour*. Lille: Publications de la Faculté des lettres et Sciences humaines de l'Université de Lille, 1970; e, recentemente: KATARY, Sally L. D. *Land tenure in the Ramesside period*. Londres e Nova Iorque: Kegan Paul International, 1989.

⁷ GRIFFITH, F. LI. *The Petrie papyri. Hieratic papyri from Kahun and Gurob*. Londres: Bernard Quaritch, 1898, vol.I, pp 94-98, vol.II, Lâmina XL; GARDINER, Alan. *Ramesside administrative documents*. Oxford: Griffith Institute, 1968 (1ª ed.: 1948), pp. 14-15, 18-19, 26-33 (Gurob, Papiro da XIXª dinastia e Fragmentos F, J, W, K, L, AA e M).

⁸ GARDINER, Idem, pp. 20-26 (Gurob , Fragmentos G, T, U e Y).

⁹ Idem. pp 14-15, cit.; tradução Gardiner, "The harem...", p. 146.

¹⁰ GARDINER. *Ramesseide administrative documents*. p. 34 (Gurob, Fragmento Z).

¹¹ DIXON. *op.cit.*

¹² Cf. KEMP, Barry J. Preliminary report on the El Amarna expedition. 1979. *Journal of Egyptian Archaeology*. LXVI, 1980, pp. 5-16.

¹³ GARCIA y BELLIDO, Antonio. *Urbanística de las grandes ciudades del mundo antiguo*. Madri: Instituto Español de Arqueología. 1966, pp. 13-14.

¹⁴ Sobre a disposição de Akhetaten, ver: KEMP, Barry J. The Window of Appearance of El — Amarna and the basic structure of this city. *Journal of Egyptian Archaeology*. LXII, 1976, pp. 81-99; SÉE, Geneviève. *Grandes villes de l'Égypte antique*. Ivry: Editions Serg. 1974, pp 141-239; BADAWEY, Alexander. *A history of Egyptian architecture. The Empire (The New Kingdom)*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1968, pp 76-125.

¹⁵ KEMP, Barry J. Temple and town in ancient Egypt. In. Ucko, Tringham and Dimbleby (eds.), *op cit.*, pp 657-680. A partir de um estudo das quantidades de residências dos diversos tipos, calculou-se que de 54 a 59% da população de Akhetaten fossem populares, pessoas pobres, de 34 a 37%, habitantes ocupando posições intermediárias quanto ao status e à riqueza, e de 7 a 9 %, dos grupos dominantes: UPHILL, Eric P. *Egyptian towns and cities*. Aylesbury: Shire Publications, 1988, p 62.

¹⁶ VANDIER, Jacques. *Manuel d'archéologie égyptienne*. tomo IV, parte I, Paris: A.et J. Picard, 1964, p. 707.

¹⁷ ALDRED, Cyril. *Akhenaten, Pharaoh of Egypt*. Londres: Abacus-Sphere Books, 1972, p. 152; LIPINSKI, E., An Ugaritic letter to Amenophis III. In HAWKINS, J.D. (ed.), *Trade in the ancient Near East*. Londres: British School of Archaeology in Iraq, 1977, pp 213-217.

¹⁸ Cf YOYOTTE, J. Egypte pharaonique: société, économie et culture. In MOKHTAR, G. (ed.) *Histoire générale de l'Afrique*, II. L'Afrique ancienne. Paris: Jeune Afrique/Stock/Unesco, 1980, capítulo 3.

¹⁹ PEET, T. E. *The great tomb-robberies of the Twentieth Egyptian dynasty*. Oxford: Clarendon Press, 1930, vol. I, pp. 93-97, vol. II, lâminas XIV -XVII.

²⁰ Ver os dados em detalhe no nosso artigo citado na nota nº 3.

²¹ PEET, *op. cit.*, I, p. 85.

²² KEMP, Temple and town..., p. 666. Agora temos também a respeito: Mac DOWELL, Andrea. Agricultural activity by the workmen of Deir El-Medina. *Journal of Egyptian Archaeology*. LXXVIII, 1992, pp 195-206.

²³ PEET. *op. cit.*, I, p. 64, II , lâminas VII e VIII.

²⁴ KEMP, Temple and town... p. 661.

²⁵ MENU, Bernadette. *Recherches sur l'histoire juridique, économique et sociale de l'ancienne Egypte*. Versailles: Edição da Autora, 1982, pp 1-31.

²⁶ UPHILL, Eric. The concept of the Egyptian palace as a "ruling machine". In Ucko, Tringham and Dimbleby. *op. cit.* pp 721-734.